



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
Gabinete Vereador Isaque Machado - PATRIOTA/PVH

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº /GVIM/CMPV2023
(Do Sr. Isaque Machado)

PROTOCOLO
Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº _____
Proj. de Lei Comp. nº 283-2023
Resolução _____
Decreto Legislativo _____
Emenda _____
Data 11/04/23 Horário 14h:25min

Suprime e altera os dispositivos à Lei Complementar nº 856, de 29 junho de 2021 que, dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros por meio de aplicativo ou outra tecnologia de comunicação em rede no Município de Porto Velho e seus Distritos, e dá outras providências..

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando da atribuição que lhe confere o IV do artigo 87 da Lei Orgânica Municipal de Porto Velho.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o inc. I do artigo 7º, da Lei Complementar nº 856, de 29 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º As ETTs só poderão cadastrar veículos que atendam aos seguintes requisitos:

I - Que possua, no máximo, 10 (dez) anos de fabricação;” (NR)

Art. 2º Altera Caput do art. 10, da Lei Complementar nº 856, de 29 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO III - DAS PENALIDADES

“Art. 10. A inobservância dos deveres previstos nos artigos 5º, 7º, 8º e 9º, caracterizará infração autônoma, sujeitando-se à aplicação da penalidade de multa no valor de 05 (cinco) Unidades de Padrão Fiscal - UPF's, com fiscalização a cargo da Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes, além das infrações específicas descritas.” (NR)



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Gabinete Vereador Isaque Machado - PATRIOTA/PVH

Art. 3º Altera Inc. I do art. 11, da Lei Complementar nº 856, de 29 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. A ETT não cumprir com as notificações dos órgãos municipais, gestor de trânsito e transportes ou fiscalizadores.

I - A infração a esse artigo sujeitará o infrator a multa no valor de 02 UPF's, em caso de reincidência o valor será cobrado em dobro.” **(NR)**

Art. 4º Altera Caput do art. 13, da Lei Complementar nº 856, de 29 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. Os motoristas cadastrados nos aplicativos deverão se submeter à fiscalização dos órgãos públicos, bem como tratar com urbanidade e polidez os usuários, bem como o público em geral.” **(NR)**

Art. 5º Altera Caput do art. 14 e Inc. I, da Lei Complementar nº 856, de 29 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. Fica proibido o estacionamento dos veículos cadastrados através das ETTs em pontos regulamentados de transporte de passageiros por esta secretaria, a partir do período superior a 5 minutos de espera. **(NR)**

I - Infração - multa no valor de 1 UPF's, em caso de reincidência o valor será cobrado em dobro.” **(NR)**

Art. 6º Ficam revogados o Caput art. 15 e Inc. I, da Lei Complementar nº 856, de 29 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. (Revogado)

I - (Revogado).

Art. 7º Altera Inc. I do art. 16, da Lei Complementar nº 856, de 29 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Gabinete Vereador **Isaque Machado** - PATRIOTA/PVH

"Art. 16. (...)

I - Infração - sujeitará o infrator a multa no valor de 2 UPF's. Medida Administrativa: Apreensão do equipamento." **(NR)**

Art. 8º Fica revogado o Caput do art. 17 e Inc. I , da Lei Complementar nº 856, de 29 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 17. (Revogado).

I - (Revogado)

Art. 9º Fica revogado o Caput do art. 19 e Inc. I , da Lei Complementar nº 856, de 29 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19. (Revogado).

I - (Revogado).

Art. 10º Fica revogado o Caput do art. 20 e Inc. I , da Lei Complementar nº 856, de 29 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20. (Revogado).

I - (Revogado)

Art. 11. Altera o §2º e suprime o §3º do Inc. VII, do art. 23 , da Lei Complementar nº 856, de 29 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Seção I - Da Autuação

"Art. 23. (...)

VII - assinatura do infrator ou seu preposto, quando possível, valendo esta como notificação de autuação."

(...)



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Gabinete Vereador Isaque Machado - PATRIOTA/PVH

§ 2º A notificação do auto será entregue pessoalmente ou por via postal, ou eletrônica (e-mail do motorista cadastrado na plataforma). **(NR)**

§ 3º. *(Revogado)*”

Art. 12. Altera §2º e suprime §5º, do art. 24, da Lei Complementar nº 856, de 29 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

Seção II - Dos Recursos Administrativos

“Art. 24. (...)

§ 2º O recurso terá efeito suspensivo. **(NR)**

(...)

§ 5º. *(Revogado)*”

Art. 13. Suprime Parágrafo Único, do art. 25, da Lei Complementar nº 856, de 29 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:


CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

“Art. 25. (...)

Parágrafo único. *(Revogado)*”

Art. 14º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de julho de 2023.


Vereador Isaque Machado
PATRIOTA - PVH



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

Gabinete Vereador Isaque Machado - PATRIOTA/PVH

JUSTIFICATIVA

Excelentíssimos(as) Senhores(as) Vereadores(as),

A revisão das **sanções administrativas municipais é uma medida de extrema importância para promover equidade, transparência e eficiência no sistema sancionatório**. Atualmente, as sanções podem variar amplamente de acordo com critérios subjetivos, o que pode levar a situações injustas e arbitrárias.

Esta revisão garantirá que todos os infratores sejam tratados de maneira justa e objetiva. Isso facilitará a compreensão e o cumprimento das regras por parte dos cidadãos, promovendo uma maior igualdade de tratamento perante a lei.

Além disso, **a nova metodologia de atuação fiscal simplificará o processo de aplicação e pagamento das sanções**. A atual variedade de valores monetários torna o sistema complexo e difícil de ser compreendido pelos envolvidos. Com uma unidade padrão, será mais fácil calcular e aplicar as sanções, bem como para os infratores compreenderem o impacto financeiro de suas ações. Essa medida também pode levar a uma referência nacional, caso outros municípios, estados ou o governo federal se assemelham pela necessidade atual da população.

Em suma, esta revisão trará equidade, transparência, simplicidade, atualização em suas aplicações em atenção às necessidades atuais da população e coibição de infrações. **Essa medida ajudará a fortalecer a eficácia das sanções, promover o cumprimento das leis e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e organizada.**

Sala das Sessões, 10 de julho de 2023.

Vereador Isaque Machado
PATRIOTA - PVH